



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. II (2001)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Os antigos gramáticos portugueses e a declinação neo-árica

Luís Filipe F. R. Thomaz

Como Citar | How to Cite

Thomaz, Luís Filipe F. R. 2001. «Os antigos gramáticos portugueses e a declinação neo-árica». *Anais de História de Além-Mar* II: 7-32. <https://doi.org/10.57759/aham2001.46896> .

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2001. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2001. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

OS ANTIGOS GRAMÁTICOS PORTUGUESES E A DECLINAÇÃO NEO-ÁRICA

por

LUÍS FILIPE F. R. THOMAZ *

*À memória de Leonor Buescu,
Colega e Amiga
que a morte ceifou*

Entre os assuntos por que Leonor Buescu se interessou em vida conta-se o estudo das línguas ultramarinas pelos missionários portugueses de antanho. Procurou inventariar aquelas de que se elaboraram gramáticas e dicionários, e, a talhe de foice, notou que foi a gramática latina que forneceu aos seus autores o essencial do quadro descritivo e da terminologia gramatical indispensáveis ao seu ensino e à explanação dos seus rasgos estruturais. O passo seguinte – averiguar até que ponto tal nomenclatura e tal quadro lógico eram adequados à descrição dos idiomas em questão – não o podia dar, nem tampouco o pretendemos dar aqui: é cousa que apenas caso a caso se pode fazer, estudando língua por língua e gramática por gramática, até que enfim se possam retirar conclusões de âmbito mais geral.

O presente estudo não pretende, por conseguinte, dar uma resposta cabal a tal questão, mas apenas fornecer a essa discussão uma achega, discorrendo sobre o modo como os nossos gramáticos abordaram um ponto assaz particular: a flexão nominal nas línguas indianas derivadas do sânscrito, também conhecidas por línguas neo-áricas. A semelhança de estruturas que as une permite que abordemos globalmente o tema, embora subsistam antigas gramáticas portuguesas de diversas línguas da família; há-as impressas de pelo menos três idiomas diferentes: o concani ou concanim de Goa, o hindustânico da planície indo-gangética e o bengala.

* Da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Investigador do Centro de História de Além-Mar.

Da gramática concanim, o mais antigo documento é a *Arte da Lingoa Canarin*, composta pelo Padre Thomas Estevão, da Companhia de JESUS; e acrescentada pelo Padre Diogo Ribeiro, da mesma Companhia; e novamente revista por quatro Padres da Companhia, impressa no colégio de Rachol (Goa) em 1640¹. Tomás Estêvão (1549-1619) chamava-se na realidade Thomas Stevens e era inglês; mas perseguido pela reforma protestantizante no seu país fugiu para Roma, onde ingressou na Companhia, seguindo depois para Portugal e daí para Goa, onde trabalhou como missionário durante quarenta anos. Além da gramática compôs uma *Doutrina Christam em lingoa Bramana Canarim*, ordenada a maneira de Dialogo pera ensinar os mininos, impressa, também em Rachol, em 1622, que é um precioso testemunho do concanim falado ao tempo². Note-se que por «língua canarim» ou «língua brâmana canarim» deve entender-se em ambos os casos o concanim e não o canará ou canarês, que se fala a leste e a sul de Goa e é uma língua dravídica, não derivada do sânscrito, mas irmã do telugu, do malaiala, malailão ou malabar e do tâmul, e, por conseguinte, assaz diferente do concanim, que é uma língua neo-árica e, consequentemente, indo-europeia. A confusão terminológica provém de Goa estar encravada no Canará ou Carnátaca (Karnātaka)³, fazendo parte das mesmas formações políticas que o dominaram, como o reino dos Kadambas (séculos XI-XIV) e o de Vijayanagar ou Bisnaga (séculos XIV-XVI); daí o escrever-se bastas vezes o concanim em caracteres canareses, do que restam abundantes testemunhos tanto em inscrições como em manuscritos em ola (folha de palmeira). Conformando-se, visivelmente, com um uso pré-existente, os portugueses designaram durante muito tempo os habitantes de Goa por «canarins». Tal uso existia, por exemplo, no Guzerate, como o atesta o facto de se ter aí dado a uma povoação onde se arraigou tropa de Goa, para lá levada para acudir ao cerco de Diu, o nome de Kanaḍi Vadā, i. e., «aldeia canarim, aldeia dos canarins»⁴. Isso não implica, porém, que se não distinguisse bem a língua concanim do canarês: já c. 1515 Tomé Pires notava na sua *Suma Oriental*: «a lingoagem que se fala neste regno [Goa] é conconim. (...) A lingoagem

¹ Utilizamos a edição de Cunha RIVARA, *Grammatica da Lingua Concani*, composta pelo Padre Thomaz Estevão e acrescentada por outros padres da Companhia de Jesus; segunda impressão, correcta e annotada: a que precede como introdução a Memoria sobre a distribuição Geographica das principaes linguas da India por Sir Erskine Perry e o ensaio historico da Lingua Concani pelo editor, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1857.

² Vide Mariano SALDANHA, *Doutrina Cristã em língua concani*, por Tomás Estêvão, S.J., impressa em Rachol (Goa) em 1622, segunda edição fac-similada, com Introdução, Notas e Glossário por..., Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1945.

³ Por dificuldades técnicas de impressão dos caracteres pontuados que se usam normalmente na transcrição do sânscrito e demais línguas indianas, substituímo-los por caracteres sublinhados; semelhantemente substituímos o sinal de vogal longa (˘) pelo acento circunflexo (^).

⁴ Diogo do COUTO, *Ásia*, IV, ix, 9.

deste regno de Goa nom é como a de Daquém⁵, nem como a de Narsinga⁶: é sobre si»⁷. Por seu turno, João de Barros, ao descrever o litoral do Hindustão nota: «a todo o marítimo que contamos até a serra Gate, que vai ao longo da costa, com que ele faz uma comprida e estreita faixa de terra, chamam eles Concan, e aos seus povos propriamente Conqueniis, posto que os nossos lhe chamam Canariis»⁸. Tomás Estêvão celebrizou-se também pela composição de um *Purana Cristão*, sobre o modelo dos *purâṇas* ou narrativas mitológicas dos hindus, em língua marata; mas esse, dado o seu carácter, não nos interessa aqui.

Sobre a língua hindustânica o documento principal é uma anónima *Gramatica Indostana, a mais vulgar que se pratica no Imperio do Gram Mogol, para uso dos muitos reverendos padres missionários do dito Império*, Lisboa, na Impressão Regia, anno 1805. Por «língua hindustânica» entende-se tanto o *hindi*, que os hindus escrevem em caracteres devanagáricos e procuram sanscritizar, purificando-o dos empréstimos persas e árabes em que abunda, como o *urdu*, a variante muçulmana do mesmo idioma que se gerou nas *hordas* (arraiais ou acampamentos militares) do sultanado de Deli, devido à contaminação do antigo hindi pelo persa e pelo árabe; escreve-se normalmente em caracteres arábicos e é hoje a língua oficial do Paquistão. Nos tempos do Império Mogol era, naturalmente, este o dialecto que predominava; mas a diferença entre ele e o hindi é muito mais vocabular que gramatical.

Para o bengali ou bengala temos o *Vocabulario em idioma Bengalla e Portuguez, dividido em duas partes, dedicado ao Excellent. e Rever. Senhor D. Fr. Miguel de Tavora, Arcebispo de Evora do Conselho de Sua Majestade*, de Fr. Manuel da Assumpção, religioso eremita de Santo Agostinho, publicado em Lisboa em 1743, que abre com um «breve compendio da grammatica bengala». O autor, que foi superior da missão de S. Nicolau Tolentino no Bengala a partir de 1735, publicou também, no mesmo ano, um *Cathecismo da Doutrina Christã ordenado por modo de Dialogo em idioma Bengala, e Portuguez*⁹.

Sobre estas três obras principalmente basearemos a nossa análise, comparando-as, quando necessário seja, a outras mais recentes sobre as mesmas línguas.

⁵ Refere-se aparentemente ao marata, falado na parte setentrional do Decão *stricto sensu* dito pelos portugueses «reino de Daquém» (do neo-árco *dakhīn*, «sul», por seu turno do sânscrito *dakṣina*, «destra, direita» e daí «sul», por ser o ponto cardeal que nos queda à direita quando contemplamos o nascer do sol); na parte meridional, *grosso modo* correspondente ao sultanado de Bijapor, fala-se canarês.

⁶ No reino de Vijayanagar ou Bisnaga, também conhecido no século XVI por «reino de Narsinga» (de Immadi Narasiṃha, r. 1492-1506, o rei que aí reinava à chegada dos portugueses), a língua mais corrente era o canarês, conquanto na corte se falasse o telugu, por ser de origem telugu a dinastia reinante.

⁷ *Suma Oriental*, fl. 133.

⁸ *Ásia*, I, ix, 1.

⁹ Diogo Barbosa MACHADO, *Bibliotheca Lusitana*, tomo III, Lisboa, 1752, s. v.

O paradigma dos antigos gramáticos: as categorias de género e número

A flexão nominal comportava em sânscrito três números (singular, dual e plural), três géneros (masculino, feminino e neutro) e oito casos (nominativo e vocativo, acusativo, instrumental, dativo, ablativo, genitivo e locativo, para usarmos uma terminologia latinizante, já que os gramáticos indianos lhes não dão nomes mas números). Por *caso* entendemos aqui, como é corrente, uma forma flectida de um nome, monoléxica, caracterizada por uma desinência que o identifica – sem embargo de se poder utilizar o conceito numa acepção alargada, como categoria sintáctica geral, trate-se de formas monoléxicas caracterizadas por desinências inseparáveis, como sucede em grego, latim, etc. (e, de certo modo, em português nos pronomes pessoais), ou de formas definidas por preposições separáveis ou simplesmente pelo morfema de posição, como sucede com os nomes em português e nas demais línguas românicas ocidentais. Nesta acepção alargada, a categoria de caso é universalmente pertinente; mas torna-se, em geral, assaz difícil definir com precisão quantos casos exactamente comporta cada língua, visto o número de preposições ou locuções prepositivas que os definem não ser em regra fechado. Nessa acepção o latim não teria seis ou sete casos, mas muitos mais, e o mesmo se poderia dizer do grego e do próprio sânscrito, conquanto este faça um uso mais parcimonioso que aqueles das preposições (ou melhor, das *posposições*, pois em sânscrito seguem quase sempre o nome a que se aplicam) e das locuções equiparadas.

Na passagem do sânscrito às línguas neo-áricas a flexão nominal simplificou-se consideravelmente, como no Ocidente sucedeu com a passagem do latim aos romances e da *koinê* ao romaico ou grego moderno. Como ao longo deste artigo tereis ocasião de constatar, na Índia, como no Irão, a evolução foi até mais rápida e mais profunda do que na Europa.

Seja como for, aqui, como ali, o dual desapareceu inteiramente a breve trecho. Nalgumas línguas tendeu mesmo a esbater-se a oposição entre singular e plural. As línguas neo-áricas mais orientais, como o bengala, foram assim mais longe do que o persa e o inglês, que perderam a categoria de número no adjectivo mas não no verbo. O bengala não a exprime no verbo nem no adjectivo, nem mesmo no nome, quando tomado em sentido genérico, incluído numa enumeração ou acompanhado de um numeral ou de um advérbio de quantidade que por si mesmo exprima pluralidade. Esta característica distancia o bengala das línguas indo-europeias clássicas, aproximando-o, ao invés, das línguas orientais, monossilábicas ou aglutinantes, como o chinês, o malaio, etc., em que não existe concordância e a expressão da pluralidade é facultativa. No seu compêndio gramatical, Fr. Manuel da Assunção ¹⁰ regista numa breve nota esta característica da língua:

¹⁰ Pp. 11-12.

Na lingua Bengala vulgar não se uza de plurar, assim como em muitos idiomas, e por esta cauza se explicaõ sempre pelo singular, ainda que a linguagem fale de plurar; ajuntando-lhe algum nome que signifique no singular multidaõ, v.g., Todos os homens dizem *xocol manux*; vel; *Bixtor manux*. Muitos dias; Dizem; *oneq din*, & c.

Porem na lingua Bengala politica, que fallaõ os Bramenes, tem os nomes plurar, e se declinaõ com os pronomes; v.g. Este nome *Loha* se declina no plurar a crecentando ao Genetivo *Lohar* a letra A. v.g. N[ominativo] *Loharâ*, G[enitivo] *Lohardiguer*, D[ativo] *Lahardiguerè*, Ac[usativo] *Lohardigueré*, vel *Lohardiguerque*; V[ocativo] *Lohara*; Ab[lativo] *Lohardigueté*, *Et sic de cæteris*.

A observação, embora incluída ao fim do capítulo referente aos «nomes relativo, interrogativo e partetivo», *i. e.*, aos pronomes, respeita de facto aos substantivos. O autor omite a referência ao número dos adjectivos; e ao tratar dos verbos não nota explicitamente a inexistência de número gramatical, limitando-se a dar para o plural (nós, vós, eles) paradigmas em tudo coincidentes com a conjugação do singular (eu, tu, ele, respectivamente).

Quanto ao género gramatical (categoria importante sobretudo no adjectivo) a evolução foi divergente. As línguas neo-áricas orientais, como o bengala e o oríá (a língua de Orixa ou Orissa), perderam inteiramente a distinção entre géneros, como sucedeu também em persa moderno e em inglês. Em bengala literário (como também por vezes em malaio e em jau ou javanês, línguas austronésicas a que a categoria de género gramatical é em princípio estranha) recorre-se frequentemente a cultismos, usurpados ao sânscrito e marcados pelas suas desinências de género, para explicitar o género (ou melhor, o sexo) do ser em questão. Encontramos assim em bengala *shundôr*, «belo» / *shundori*, «bela» (sânc. *sundaras* / *sundarî*), como encontramos em jau *déwa*, «deus» / *dèwi*, «deusa» (sânc. *devas* / *devî*) e em malaio, por analogia, *siswa*, «aluno» / *siswi*, «aluna» (sânc. *çisyas* / *çisya*). Como o género não é em nenhuma destas línguas uma classe de concordância, estes derivados com sufixo de feminino estão, por assim dizer, para os masculinos respectivos como em português a *vaca* está para o *boi*, isto é, a sua existência deve ser encarada como um fenómeno de léxico e não de gramática. Fr. Manuel da Assunção não parece ter compreendido muito bem a natureza desse fenómeno, que, para utilizar a sua própria terminologia, é típico sobretudo da «língua bengala política»; nota, todavia ¹¹, que os nomes adjectivos «saõ quazi todos cômuns; contudo alguns tem genero femenino acabado em I vogal; quaes sejaõ, se saberá com o uzo» – o que é correcto e para fins práticos suficiente.

A maioria das modernas línguas indo-arianas modernas, como o hindi ou hindustani e os idiomas vizinhos, perderam o género neutro, conservando apenas a oposição entre masculino e feminino, como sucedeu também nas

¹¹ P. 4.

línguas românicas (sem embargo de sobrevivências isoladas, como os pronomes portugueses *isto*, *isso*, etc., os nomes ambígenos do italiano, como *braccio* / *braccia*, etc.). Reduziram-se assim ao mesmo padrão de género gramatical que as línguas semíticas, como o árabe, que opõem, tanto no nome como no verbo, masculino a feminino. O anónimo autor da nossa *Gramatica Indostana*¹² começa por admitir que «o nome tem três géneros, masculino, feminino e côm[um]», mas vê-se pela continuação do texto que o «comum» não constitui verdadeiramente um género, mas a categoria em que se incluem os nomes uniformes, sem forma específica para o feminino, como sejam os adjectivos invariáveis, os numerais e os substantivos epicenos. Como seria de esperar, nos paradigmas apenas dá para o singular de cada nome variável duas formas distintas, geralmente uma em *-â* para o masculino e outra em *-î* para o feminino. Adverte contudo que «porque esta lingoa se compõe de muitas lingoas, não podemos assinar regra certa, nem pela terminação da palavra, nem pela sua significação»; tinha em mente, certamente, os empréstimos persas, desprovidos de marca do género gramatical, e sobretudo os árabes, em que normalmente o masculino termina em consoante e o feminino em *-a(h)*.

Já o concanim, como as demais línguas neo-áricas ocidentais (marata e guzerate) e o cingalês, conserva os três géneros do sânscrito, masculino, feminino e neutro. Tal como em português, mas não pela mesma razão histórica, a oposição de género não é geral, subsistindo numerosos adjectivos uniformes. Com efeito, em português esses adjectivos remontam quase sempre a adjectivos latinos desprovidos de forma especificamente feminina (como port. *leve* < lat. *levis*, *leve*) – o que corresponde à conservação parcial de um estágio de evolução semelhante ao do hitita, anterior à formação do feminino como género autónomo. O sânscrito, como o grego, estendeu o sufixo de derivação do feminino (**-ya* ou *-â*) aos adjectivos ditos atemáticos (isto é, em que as desinências se juntam directamente ao radical, sem interposição de vogal temática); assim por exemplo os seus participios em *-nt* ou *-ant*, têm um feminino em *-atî* < **-ntî*, de onde um paradigma *bharan* (ac. *bharantam*) / *bharatî* / *bharat*, semelhante ao do grego φέρων / φέρουσα (*φέρωντια) / φέρον, em contraste com o latim *ferens*, que permanece uniforme (tal como ainda o português *-ferente* em *conferente*, *diferente*, etc.). O sânscrito foi mesmo mais longe do que o grego, que tem uma forma feminina para os participios e adjectivos simples, mas não para os compostos, como v.g. ἄ-φορος (m. e f.) / ἄ-φορον (n.), «estéril». Em sânscrito praticamente todos os adjectivos são triformes; portanto em concanim, como nas demais línguas indo-arianas modernas, a existência de adjectivos uniformes não resulta, como nas línguas românicas, da conservação de formas arcaicas mas da evolução fonética geral, que levou à apócope das vogais finais e, conseqüentemente, ao desaparecimento das marcas distintivas do género:

¹² P. 10.

assim, *lamb*, «longo, comprido», uniforme, deriva do sânscrito *lambas*, *lambâ*, *lambam*, triforme. Ao invés, os adjetivos triformes (do tipo *boro*, *bori*, *borem* ¹³, «bom») não representam, como à primeira vista poderia parecer, sobrevivências das antigas formas (v.g. sânsc. *sundaras*, *sundarî*, *sundaram*, «belo»), antes resultam de um alargamento morfológico, pelo recurso a sufixos praticamente desprovidos de significação, que serviam de início para formar diminutivos ou para tirar adjetivos de substantivos (em especial *-akas* > *-ako* > *-ao* > *-o*, para o masculino, *-ikâ* > *-iyâ* > *-î*, para o feminino, *-ikam* > *-iyam* > *-âi*, de onde na grafia mais usual *-em*, para o neutro). Por este mecanismo reagiu a língua ao desaparecimento das marcas de género gramatical, número e caso, e recriou uma flexão bem marcada. Por exemplo o paradigma aduzido acima, *boro*, *bori*, *borem*, «bom», originou-se do sânscrito *varam*, «melhor, preferível», que nesse sentido era um advérbio e, como tal, indeclinável.

Não se esperariam de Tomás Estêvão quejandas considerações de gramática histórica e comparativa, impossíveis na sua época, em que se não começara ainda a estudar o sânscrito. Do ponto de vista sincrónico e descritivo que era o seu, o problema do género dos nomes punha-se assim em concanim exactamente nos mesmos termos que em latim, e a sua sistematização é perfeita.

A peculiaridade mais curiosa das línguas neo-áricas que conservam a categoria de género gramatical é a extensão desta ao verbo, que assim em muitos «tempos» se conjuga não só em pessoa e número mas também em género, como nas línguas semíticas. A razão histórica de tal fenómeno é clara: conquanto o verbo sânscrito fosse de início assaz rico em tempos – possuindo, além de um presente e de um imperfeito, um ou mais aoristos, um perfeito, traços de um mais-que-perfeito e ainda um futuro (que é um antigo desiderativo) com o seu imperfeito, ou seja, um condicional – desde cedo que se manifestou a tendência para na prática deixar cair em esquecimento todos os tempos conjugados à excepção do presente e recorrer, para exprimir o passado, ao participio, acompanhado ou não de um verbo auxiliar. Já nas inscrições de Axoca, que datam do século III a. C., se encontram quase exclusivamente presentes e participios passados, para além de um ou outro futuro. O indo-ariano aproximava-se assim, já nos últimos séculos antes da era cristã, do estágio de evolução que no século XVII seria atingido pelo russo, em que o sistema verbal se limita hoje a opor um presente conju-

¹³ Na transcrição do concanim usamos, quando escrevemos da nossa lavra, o sistema usado pelos cristãos de Goa, que é, *grosso modo*, o adoptado pelos jesuítas no século XVI. Antes da romanização o concanim escreveu-se em caracteres canareses; hoje a grafia oficial é em devanagárico, mas os livros litúrgicos cristãos, as versões da Bíblia e o único diário que se publica em concanim continuam a usar os caracteres latinos. Quando, porém, citamos outros autores, reproduzimos tanto quanto possível o seu modo de grafar, conquanto nem sempre seja possível, por razões técnicas, reproduzir todos os sinais diacríticos de que fazem uso, o que não tem consequências de maior.

gável a um perfeito declinável (que é na realidade uma espécie de tempo composto, formado a partir de um antigo particípio, com elipse do verbo auxiliar). Com a evolução ulterior todos os tempos conjugados do verbo sânscrito (à excepção do presente, e não em todas as línguas) vieram a desaparecer, subsistindo apenas os particípios. O sistema verbal neo-árico aproximou-se assim do das línguas dravídicas, pré-arianas, da península, em que o verbo apresenta uma flexão semelhante à dos pronomes, variável (pelo menos nas terceiras pessoas) em género gramatical. Nalgumas línguas neo-áricas o próprio presente desapareceu, ou ficou circunscrito à acepção iterativa, servindo para exprimir uma acção habitual, sobretudo no passado, ou mesmo de uma acção hipotética, sendo substituído no seu emprego normal por uma nova formação. Os numerosos tempos verbais com que topamos na conjugação neo-árica não derivam assim dos do antigo indiano, antes resultam de tempos compostos formados a partir de um particípio declinável em género e número, acompanhado ou não de um verbo auxiliar. O autor da *Gramatica Indostana* ¹⁴ nota sagazmente, a propósito da «conjugação do Verbo auxiliar, e substantivo Hũ, idest, sum, es, fui»:

Este Verbo chama-se substantivo, porque póde estar na oração sem ajuda de outro; e o chamamos também auxiliar, porque não ha Verbo, que se não ajude d'elle, ou em que não entre. Donde nasce dizerem alguns, que nesta lingua não ha Verbos, senão uns adjunctivos acompanhados de sum, es, fui, que he o Verbo Hũ.

Nalgumas línguas o verbo auxiliar (ou o pronome pessoal reduzido a breve desinência) aglutinou-se ao particípio, que assim parece ao mesmo tempo declinável em género e número e conjugável em pessoa. Tomás Estêvão ¹⁵ nota no concanim essa peculiaridade, mas parece reputar mais correcta a utilização do simples particípio, apenas declinável em género e número, sem aglutinação das desinências pessoais:

Esta partícula *Si* [desinência da segunda pessoa do singular] se ajunta muitas vezes às segundas pessoas deste preterito imperfeito do singular, e tambem ao participio do futuro e às terceiras pessoas dos preteritos dos verbos neutros, e plusquamperfeitos, e às vezes aos activos: e esta partícula *Ti* se ajunta às terceiras pessoas do plural nos verbos todos neste tempo, e no participio do futuro, mas o melhor fallar he sem ella. E quando em qualquer pessoa se achão tres terminações, a primeira serve pera o masculino, segunda pera o femenino, terceira pera o neutro, com declaração que nos preteritos nos verbos activos, e em alguns outros tempos d'elle derivados, concordaõ as taes terminações com o paciente, que he a cousa buscada, e não com o agente, tirados os futuros invariaveis, que carecem das formas.

¹⁴ P. 26.

¹⁵ § 124, pp. 37-38.

Com esta derradeira observação o autor nota, e a justo título, que, tal como em português e em latim, o particípio passado dos verbos transitivos (que em concanim substitui o pretérito perfeito) é um particípio *passivo*, pelo que o sujeito aparente é necessariamente o paciente real da acção, ao passo que o sujeito real aparece, como voltaremos mais tarde a ver, sob a forma de agente da passiva.

Quanto à *Gramatica Indostana* ¹⁶, anota no caso do hindustani a variabilidade do verbo em género, mas sem mais comentários:

No Verbo Hũ, assim como também em todos os mais Verbos desta lingua, tem-se respeito aos generos dos nomes, que o regem. E por isso, quando o nome, que reger o presente, ou o preterito, ou outro qualquer tempo, ou modo for masculino, também o presente, ou preterito, etc. ha de ser masculino; quando o nome for femenino, também o Verbo ha de concordar com elle: v.g. *este homem faz serviço*, diremos ye admi cam carta haẽ), e não cartahaẽ: porque admi he masculino, e não femenino. *Dentro do cubicolo ficu a minha boceta*, diremos, Cutrike bich meri ddebiã hui, e não huã; porque ddebiã he do genero femenino, e não masculino.

O paradigma dos antigos gramáticos: a categoria de caso

Como adiantámos já, a flexão nominal discriminava em sânscrito oito casos monoléxicos, caracterizados por desinências nem sempre distintas; mas como os casos que apresentavam formas comuns no singular não eram os mesmos que as apresentavam no dual ou no plural, divergindo, para mais, algumas vezes as coincidências de tipo para tipo, o esquema dos oito casos é irreduzível.

Devido, por um lado, à evolução fonética, que gradualmente escamoteou os finais de palavra, por outro à própria sintaxe fluida do sânscrito, que bastas vezes permite o uso de uns casos pelos outros, o sistema dos oito casos evidenciou desde cedo tendência para simplificar-se. À parte sobrevivências isoladas de uma ou outra desinência ou forma declinada, a maioria das línguas derivadas do sânscrito limita-se a opor um caso recto, em que se fundiram nominativo e acusativo, a um caso oblíquo, em que se fundiram os demais. No plural o caso que sobreviveu foi regularmente o genitivo, que na declinação dita temática terminava em sânscrito em *-ânâm*, de onde as terminações nasais do caso oblíquo em muitas línguas: *-ã* em concanim e em marata, *-õ* em hindustânico, etc. No singular as cousas não são tão claras, e o caso oblíquo parece geralmente derivado do dativo, menos provavelmente do genitivo. As línguas do grupo oriental, como o bengala, perderam inclusive a distinção entre caso recto e caso oblíquo, apresentando um caso único, a que, quando necessário, se apõem posposições. Também nisso se conformaram com o substrato ou adstrato tibeto-birmanês ou mon-khmer.

¹⁶ P. 30.

O desaparecimento dos antigos casos oblíquos da declinação sanscrita foi, como nas línguas românicas, colmatado pelo desenvolvimento de novas construções, mais analíticas. Há contudo duas diferenças dignas de menção entre o que se passou na Europa e o que sucedeu na Índia. Por um lado, salvo raras excepções (como os sociativos latinos *mecum*, *tecum*, etc., que estão na origem do português *migo*, *tigo*, etc.), na Europa, seja em romance seja em grego moderno, seja nas línguas germânicas, desenvolveu-se o uso de preposições, antepostas ao nome que regem, ao passo que na Índia prevaleceu, como já sucedia em sânscrito, o de posposições, seguindo o nome que regem. Por outro lado, enquanto nas línguas da Europa foram usadas como preposições sobretudo os prevérbios ou prefixos verbais (como em português *a-*, *com-*, *de-*, *em-*, etc., que continuam a ser susceptíveis dos dois empregos), na Índia raramente se recorreu aos prevérbios etimologicamente correspondentes, tais como *apa-* (cf. lat. *ab*, gr. ἀπο, ing. *of*), *pari-* (cf. gr. περι), *pra-* (cf. lat. *pro*, gr. προ, ing. *for*), *upa-* (cf. gr. υπο), etc.; uma excepção é *upari*, «sobre, acima» (cf. gr. ὑπερ, lat. *s-uper*) que subsiste como sufixo por exemplo em *concanim*, na forma *-voir* (v.g. *pattievoir* ou *pattier*, «sobre a trave», em que *-voir* aparece aglutinado a *pattiê*, caso oblíquo de *patti*, «trave»). De resto prevaleceu o uso de expressões mais analíticas, formadas em geral sobre um nome declinado, do tipo das locuções portuguesas *por causa de*, *em cima de*, *por meio de*, etc., razão por que originalmente aparecem apostas a genitivos. Assim, o sufixo cingalês de instrumental *-aten*, do sânscrito *hasta*, «pela a mão [de]» (instrumental de *hasta*, «mão»), o sufixo locativo marata e *concanim* *-ant*, *-nt* (v.g. conc. *ghorant*, «dentro da casa», *ghor*), do sânscrito *ante*, «dentro do limite, no interior [de]», locativo de *anta*, «termo, limite, confim», o sufixo *concanim* *-ger*, que traduz perfeitamente o francês *chez* (v.g. *razager*, «em casa do rei», *raza*) do sânscrito *gr̥he*, locativo de *gr̥ha*, «casa», etc.

Outras partículas, que as mais das vezes representam antigos gerúndios ou particípios verbais cristalizados (à semelhança da preposição portuguesa *durante*, particípio presente de *durar*), constroem-se com o caso recto, que representa o seu antigo complemento em acusativo ou o seu antigo sujeito em nominativo. Tomás Estêvão nota essa peculiaridade em *concanim*, no parágrafo 521 da sua *Arte*, em que versa «as postposições, que regem Nominativo ou Accusativo», que aliás são apenas três. De um ponto de vista sincrónico e descritivo, uma vez que a distinção entre os dois casos se perdeu, é, de facto, indiferente assiná-las a um ou a outro caso.

Sobretudo quando monossilábicas, tais locuções transformadas em sufixos aglutinaram-se aos nomes a que se apunham, em maior ou menor grau consoante as línguas, formando uma espécie de declinação secundária sobre as ruínas da primária; daí uma tendência para serem encaradas como desinências casuais, definindo outros tantos casos – o que nem sempre, como veremos, se presta, mesmo de um ponto de vista meramente sincrónico, a uma correcta descrição dos factos linguísticos.

Esta declinação secundária difere da antiga em dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, os sufixos que fazem de desinências vêm, quase sempre, a ser comuns ao singular e ao plural, o que aproxima a declinação neo-árica da das línguas dravídicas, que não são línguas flexionais como as indo-europeias, mas aglutinantes: assim, ao passo que no sânscrito *açvebhyas* e no latim *equis*, «aos cavalos», as desinências *-ebhyas* e *-is* indicam, no seu conjunto, «dativo plural», sem que seja possível analisá-las num elemento que denote «dativo» e outro que denote «plural», no concanin *ghoddeank*, com o mesmo significado, o elemento *-ã-* ou *-an-* denota o plural e o elemento *-k* o dativo, tal como em tâmul *maneigalukku*, «às casas» se deixa analisar em *manei*, «casa», *-gal*, marca do plural e *-(u)-kku*, marca do dativo, idêntica à do dativo singular, *maneikku*.

Em segundo lugar as terminações destes novos «casos» conservam uma certa individualidade, pelo que, ao contrário da marca do caso oblíquo, que obedece às regras gerais da concordância gramatical, não exigem concordância e aparecem uma só vez, no fim do sintagma, sempre que se trate de substantivo composto, substantivo qualificado por um ou mais adjectivos ou determinado por um aposto. Assim, em concanin, como explica Tomás Estêvão ¹⁷,

... quando se falla por dous ou tres nomes, que pertencem á mesma cousa, poem-se este *co* [=marca do dativo] no derradeiro, como *Suamia Jesu Christaco bhozo*, adora o Senhor Jesu Christo.

Embora teoricamente se pudessem considerar tantos casos quantas as posposições não sinónimas, todas as três gramáticas de que nos temos vindo a ocupar, ao apresentarem os paradigmas da flexão nominal, discriminam apenas seis casos, que são os da declinação latina: nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo. Pode notar-se que a ordem por que os casos são apresentados coincide com a usada pelas gramáticas latinas da época, como a do P.^e Manuel Álvares, adoptada nos colégios jesuítas ¹⁸; mas é evidente que tal pormenor, puramente formal, é secundário. Meramente metodológica e didáctica é também a classificação das palavras num certo número de declinações ou tipos formais; também essas são, à imagem da gramática latina, definidas pela relação entre as terminações de nominativo e «genitivo» singular.

Para o concanin, Tomás Estêvão considera seis declinações distintas: a primeira com várias terminações vocálicas para o nominativo e *-e* para o genitivo, a segunda com genitivo em *-a*, a terceira com genitivo em *-y* (*i.e.*,

¹⁷ § 56, p. 19.

¹⁸ Emmanuelis Alvari é Societate Iesu *De Institutione Grammatica libri tres*, Olyssipone, M.D.LXXII; reimpressão fac-similar, Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, Funchal, 1972.

i longo), a quarta com genitivo em *-ea*, a quinta com genitivo em *-u* e a sexta com genitivo em *-a* precedido da semi-vogal *-i* ou *-u* em que termina o nominativo; nalgumas das declinações considera ainda classes ou sub-divisões, consoante o género do vocábulo, que se reflecte nalgumas terminações, em particular no modo de formar o plural. Este ponto de vista é aceitável, pois enquadra todos os tipos existentes e permite prever, dados o nominativo e genitivo singular, todos os casos da flexão. Gramáticos posteriores gastaram rios de tinta a discutir se se deviam considerar seis declinações se apenas quatro (conforme o genitivo termine em *-a*, *-â*, *-i* ou *-u*) ou ainda cinco (distinguindo um tipo *atemático*, em que a vogal final do nominativo persiste em todos os casos, de um tipo *temático*, em que varia). Trata-se, na realidade, de um pseudo-problema, pois a arrumação dos nomes em tipos, desde que não viole os factos linguísticos, é arbitrária, *a posteriori*, cabendo ao autor escolher a que mais fácil de assimilar e memorizar lhe pareça.

Para o bengala, Fr. Manuel da Assunção, com base num critério semelhante, considera a existência de quatro declinações; primeira, nominativo em vogal, a que se acrescenta *-r* para formar o genitivo, segunda, nominativo em *-o* breve, que se muda em *-er* no genitivo, terceira, nominativo em *-o* longo a que se acrescenta *-r* para formar o genitivo e quarta, nominativo em consoante a que se acrescenta *-er* para formar o genitivo. Simplificar-se-ia a apresentação se se considerassem apenas dois tipos, consoante a desinência do genitivo, *-er* ou simplesmente *-r*, mas é também aceitável o esquema do autor.

A *Gramatica Indostana*, com maior independência em relação aos paradigmas latinos, adopta, conformando-se com os factos, uma classificação dos nomes em oito declinações, quatro para os masculinos e outras tantas para os femininos.

Mais interessante do que estes esquemas didácticos é averiguar até que ponto é correcto considerar-se a existência na flexão de seis casos distintos. Tornar-se-ia fastidioso, além de inútil para tal propósito, reproduzir todos os paradigmas que os autores apresentam; basta escolher um de cada idioma, notando se, *mutatis mutandis*, as coisas se passam de modo análogo nas demais «declinações» da mesma língua ou se há divergências estruturais de tipo para tipo.

Para o bengala, em que, por um lado, não há um caso oblíquo distinto do recto a que por sua vez se juntem as posposições, e em que, por outro, a coalescência destas com o tema se mostra assaz avançada, Frei Manuel da Assunção dá paradigmas em que discrimina seis casos distintos; sirva de exemplo a declinação de *Xtri*, «mulher» ¹⁹:

¹⁹ P. 2.

Casos	Singular	Plural
Nominativo	Xtri	Xtrirá
Genitivo	Xtrir	<i>Os mais casos não se uzaõ</i>
Dativo	Xtrire	
Acusativo	Xtrire vel Xtrique	
Vocativo	O xtri	
Ablativo	Xtrite	

O ablativo é na realidade antes um locativo, e é por influência do latim – que só em raras palavras conserva um locativo distinto dos outros casos, servindo-se nas demais do ablativo com a preposição *in* – que é aqui chamado ablativo. É também, em parte, por analogia com o latim que se discriminam apenas seis casos, pois na realidade há mais posposições que se juntam ao tema simples, coincidente com o nominativo (além das que se juntam a outros casos); mas aí há que ter também em conta que as demais posposições são dissilábicas, fazendo, por isso, mais figura de sufixos ou partículas separáveis do que de desinências casuais.

Para o hindustânico e para o concanin, em que há oposição entre um caso recto e um caso oblíquo, a que se ajuntam as posposições, os nossos gramáticos discriminam, seguindo o modelo de Quintiliano e dos demais gramáticos latinos, seis casos – que na realidade são redutíveis a dois ou quando muito a três. A *Gramatica Indostana*²⁰ dá o seguinte paradigma, exemplificado pelo vocábulo masculino *ghâr*, «casa»:

Casos	Singular	Plural
Nominativo	Ghâr	Ghâr
Genitivo	Ghâr	Ghârô
Dativo	Ghâr	Gharô
Acusativo	Ghâr	Ghâr
Vocativo	ê Ghâr	ê Ghâro
Ablativo	Ghâr	Ghârô

Deste paradigma, que não é contraditado pelas demais declinações, deduz-se facilmente que na realidade há apenas três casos distintos: um caso recto, que engloba o nominativo e o acusativo, um vocativo, distinto do precedente apenas no plural, que não é nasalizado, e um caso oblíquo (no

²⁰ P. 13.

exemplo aduzido apenas distinto do recto no plural, mas noutros tipos também no singular). Neste particular, portanto, a distinção de seis casos é uma complicação inútil, usurpada à gramática latina, nesse ponto erigida em paradigma universal.

Num capítulo subsequente ²¹ o autor explica o uso do que designa por *proposições*, que vêm a ser o mesmo que as preposições da nossa língua e do latim, com a diferença que seguem, em vez de precederem, o nome a que se apõem – pelo que melhor seria chamar-lhes *posposições*, ou *postposições*, como escreve Tomás Estêvão para as do concanim. A *Gramatica* discrimina as que pedem acusativo das que requerem ablativo, dativo ou genitivo – distinção na prática inútil, visto a forma destes três «casos» ser em todas as palavras coincidente em ambos os números. A distinção entre os diversos casos oblíquos é, com efeito, como notámos já, apenas de sentido e não de forma. Um pouco menos arbitrariamente, o autor assina ao genitivo as *proposições* que se ajuntam à partícula possessiva declinável *ka* (masc. sing., caso recto) / *ki* (fem. sing. e pl., recto e oblíquo) / *ke* (masc. sing. oblíquo e masc. pl.). Tal como o sufixo ou partícula semanticamente correspondente em concanim (e também em guzerate, marata e outras línguas) esta partícula faz, por assim dizer, do substantivo um adjectivo, de sentido as mais das vezes possessivo, substituindo assim o genitivo – tal como em português o adjectivo *férreo* pode substituir a expressão *de ferro*, *amor divino* a *amor de Deus*, etc. – pelo que não é de todo descabida a atribuição ao genitivo das *posposições* que se lhe apõem.

Para o concanim, Tomás Estêvão começa por explicar, muito justamente:

35. Nesta primeira, e em todas as mais declinações (que nesta lingoa são seis) acharemos haver duas vozes no singular e duas no plural, ás quaes são semelhantes todas as mais, na maneira seguinte. A primeira voz, que serve de nominativo, he semelhante somente ao accusativo, e á segunda voz, que he genitivo, responde, e são semelhantes o dativo, vocativo e ablativo, que se distinguem e dão a conhecer na oração com certos sinais, de que se tratará e dará doutrina em seu lugar; de sorte que em todos os nomes, assim no singular, como no plural, ho nominativo he semelhante ao accusativo, e os de mais casos ao genitivo de todas as declinações.

Seguem-se os paradigmas, de que como exemplo transcrevemos o do que o autor designa por «quarta declinação», ou seja, o dos nomes masculinos em *-o*, como *combo*, «galo» ²²:

²¹ Pp. 40-42.

²² § 48, p. 15.

Casos	Singular	Plural
Nominativo	Combo	Combe
Genitivo	Combea	Combeã
Dativo	Combea	Combeã
Acusativo	Combo	Combe
Vocativo	Combea	Combeã
Ablativo	Combea	Combeã

Nos parágrafos 56 a 69, após os paradigmas das seis declinações, o autor trata finalmente *Da formação dos casos*, explicando como se ajuntam ao caso oblíquo diversos sufixos para formar os diferentes «casos» (termo que, com alguma incongruência, é usado agora no seu sentido «sintáctico», diferente do sentido «morfológico» em que se empregava no § 35). Considera assim esses sufixos como uma espécie de «actualizadores casuais», intermédios entre as desinências e as posposições. Começa pelo «genitivo», que na realidade é, como em hindi, um adjectivo derivado do nome, declinável em género, número e caso, e não exactamente um caso no sentido morfológico do termo:

56. *Cho, chi, chē*, he signal do genitivo, e ajuntando-se com o segundo caso, o faz ser genitivo; como *Mugticho margu*, o caminho da bemaventurança; *Poromesporachi bhozona*, adoração de Deos, *Suamiyachē ghoro*, a casa do senhor. Este *cho, chi, chē*, se declina por casos, e generos como nome adjectivo, ficando o segundo caso, com que se ajunta, sempre immovel, e não concorda com elle, senão com o nome que o faz ser genitivo: como nos exemplos passados....

É interessante notar que também nas línguas eslavas se desenvolveram adjectivos possessivos de sentido semelhante, as mais das vezes formados com os sufixos *-ov* e *-in*; mas aí coexistem com o genitivo da flexão normal, ao passo que nas línguas neo-áricas o substituíram inteiramente, o que constitui uma das suas mais curiosas peculiaridades.

À do «genitivo» segue-se na *Arte* de Tomás Estêvão²³ a apresentação dos demais sufixos que permitem traduzir em concanim o sentido principal dos seis casos sintéticos do latim e coincidem com as posposições monossilábicas e, como tal, enclíticas. As demais posposições, todas dissilábicas ou polissilábicas, são deixadas para a parte final da gramática, respeitante às palavras invariáveis, e enumeradas nos parágrafos 523 a 527. Na realidade juntam-se, como as monossilábicas, ao caso oblíquo e não são, portanto, diferentes delas senão foneticamente. É, pois, por uma clara influência dos

²³ §§ 57-69, pp. 19-21.

padrões gramaticais do latim que as separa dos «actualizadores casuais», de que tratara a propósito da declinação. É também por analogia com o que se passa em latim, que o autor considera que todas regem ablativo, embora em boa lógica as pudesse assinar também ao genitivo ou ao dativo, como sucede em grego, uma vez que, como o autor confessara no § 35, todos os casos oblíquos são coincidentes, idênticos à *segunda voz* da declinação. Contudo, embora pareça haver distorção no aspecto interpretativo, como descrição dos factos linguísticos, tal apresentação, que não violenta a realidade, é aceitável.

A perda da distinção entre o nominativo e o acusativo do sânscrito punha, pelo menos no caso dos nomes de seres animados, capazes de serem agentes da acção expressa pelo verbo transitivo, o problema da correcta identificação do agente e do paciente da acção. Se em frases do tipo de *o rapaz lê o livro*, não há risco de confusão, já que *o livro lê o rapaz* não faz sentido, a ambiguidade pode subsistir em frases do tipo de *Pedro matou Paulo*, já que a recíproca é também possível. Talvez porque nos idiomas neo-árícos (em que, como em sânscrito e em latim, o verbo não separa normalmente o sujeito do objecto, mas remata a proposição) o morfema de posição tenha parecido insuficiente, a língua reagiu criando para as frases deste segundo tipo um acusativo «forte» ou enfático, marcado por uma posposição; tal uso veio a esboçar uma oposição secundária entre nomes animados e nomes inanimados dentro de cada género gramatical, oposição que se desenvolveu igualmente nas línguas eslavas, em que por um acidente fonético semelhante o acusativo masculino se veio a confundir com o nominativo.

Mas ao passo que as línguas eslavas recorreram nesse caso ao genitivo para suprir o desaparecimento do acusativo como caso bem distinto, as línguas neo-árícas recorreram, como o castelhano, à locução que substitui o dativo, que é aqui o caso oblíquo seguido de uma partícula. Essa partícula (*ko* em hindi e em concanim antigo, *-k* em concanim moderno, *-ké* em bengala, etc.) parece derivada do participio sânscrito *kr̥ta*, «feito» (da raiz verbal *kr̥-*, «fazer», etimologicamente correspondente ao latim *creare*), frequentemente usado como segundo termo de composto, em particular no locativo, *-kr̥te* (> *kate* > *kae*) com o significado de «para, para com, em relação a, por mor de». De qualquer modo esse uso do dativo em função de acusativo é paralelo ao «acusativo preposicional» do português, hoje raro («não sirvas *a* quem serviu», «amarás *ao* Senhor teu Deus», etc.), mas que se mantém bem vivo em castelhano, onde é de regra quando o complemento directo é um ser pessoal («has visto *a* Pedro?»).

O seu uso está nas línguas neo-árícas menos gramaticalizado do que o do genitivo-acusativo em eslavo, de modo que a opção pelo acusativo «fraco» (o caso recto) ou pelo acusativo «forte» (o caso oblíquo com a posposição do dativo) não obedece a um critério rígido, dependendo da estilística tanto quanto da gramática. A razão parece ser a seguinte: o acusativo indica o objecto directo sobre que recai a acção, que é suposta modificá-lo em alguma maneira, e portanto coisificá-lo, ainda que seja um ser vivo; ao invés, o dativo

indica o objecto em direcção ao qual, ou para junto do qual, a acção tem lugar, e conota portanto um certo distanciamento em relação ao objecto; daí que possa servir para indicar respeito como nas frases portuguesas «servir a Deus», «naquele dia não vimos a El-Rei», etc. Assim, em concanim é possível dizer, com o complemento directo no acusativo «fraco», embora seja uma pessoa: *chor dhorun haddtat*, «trazem preso um ladrão» (*chor*; o acusativo forte seria *chorak*); e, inversamente, *tachi khobor naka, to duddvank bhozta*, «não falemos dele; ele adora as riquezas» (*duddu*, lit. «bazaruco, pequena moeda de cobre», com o sufixo *-ank* do acusativo forte ou dativo plural).

Talvez porque o «acusativo preposicional» existe também em português, os nossos antigos gramáticos pouco caso fizeram desta peculiaridade linguística, distinguindo mal o «acusativo forte» das línguas neo-áricas do dativo. Tomás Estêvão não regista explicitamente a existência do «acusativo forte», mas na explicação que dá de formação do «dativo» aduz um exemplo em que na realidade é daquele que se trata:

57. Esta syllaba *co* he signal do dativo, e ajuntando-a ao segundo caso, o faz dativo, como *Suamiaco bhozo*, adora ao Senhor

Quase o mesmo se passa na *Gramatica Indostana*, que nos seus paradigmas apenas dá o acusativo «fraco» de cada nome (como se poderia esperar, sempre idêntico ao nominativo), acrescentando lacónica e confusamente, no capítulo dedicado às *proposições* ²⁴

Cõ, cû, tai, pedem accusativo. Exemplo: tòm cõ dectahû, *veja-vos*; ham ârê tay delau, *dai a mim*; tambem cõ, e cû, pedem dativo, v.g., môg cõ, tøg cû, *para mim, para vós*.

Frei Manuel da Assunção parece ter compreendido melhor o fenómeno, mas não o explica claramente. Assim, após ter dado nos seus paradigmas bengalas duas formas sufixadas para cada acusativo (v.g., *Purbhu*, «Deus», ac. *Purbhure*, v[el] *Purbuque*) regista entre as notas que dá sobre a sintaxe ²⁵:

Todo o Verbo puramente activo pede em lugar do accusativo, hum nominativo da cousa; ou para melhor dizer, hum accusativo indeclinavel semelhante ao nominativo. Exemplo: quem guarda os Mandamentos de Deos, ha de achar a sua graça: *Poromexorer agguia ze pala; xe tahan crepà paibe*. O exemplo está naquelle nome *Agguia*, que està em accusativo indeclinavel do Verbo *Pale*; e em *crepa*, que està em accusativo endeclinavel do Verbo *Paybè*.

²⁴ P. 40.

²⁵ Nota 21, p. 29.

O mito dos oito casos

Certamente por razões rituais – a necessidade de bem recitar e bem entender os textos sagrados –, a Índia desenvolveu precocemente uma penetrante ciência da linguagem. É o mais tardar do século IV a. C. que data o *Vyākaraṇa-sūtra* ou colecção dos aforismos gramaticais de Pânini, também conhecido por *Aṣṭādhyāyī* ou «oito lições»²⁶. Complementado por Kātyāyana uns séculos depois e finalmente comentado por Patañjali no seu monumental *Mahā-bhāṣya* ou «grande comentário», tornou-se não só no cânone da boa linguagem como no modelo das gramáticas, que à imitação das do sânscrito se redigiram para outras línguas do sub-continente.

A aplicação dos padrões gramaticais do sânscrito a outros idiomas nem sempre foi feliz. No que concerne o nosso tema, a flexão nominal, teve como resultado que as gramáticas das línguas dravídicas, como o tâmul, discriminam oito casos, que são os do sânscrito, distinguindo um locativo de um ablativo, o que nesses idiomas não é pertinente, mas fundindo, pelo contrário, num só dois casos que em dravídico são bem distintos: o instrumental («corto o pão *com* a navalha») e o sociativo («vou passear *com* a namorada»).

Quando os portugueses chegaram à Índia o sânscrito conservava entre os hindus a sua importância ritual de sempre; mas desde a conquista muçulmana e a fundação do sultanado de Deli no século XIII vinha gradualmente perdendo, em favor do persa, o seu papel de língua diplomática e cortesã, e de veículo de conhecimentos científicos e técnicos. Não admira que os primeiros portugueses, que contactavam sobretudo com a sociedade dos portos e com os meios mercantis, se não tenham durante muito tempo apercebido sequer da sua existência. Foram os jesuítas quem no descobriu. A referência mais antiga que lhe conhecemos é a de uma carta de S. Francisco Xavier, datada de 1544, em que regista²⁷:

Habent brachmanes quaedem veluti sacrarum monumenta litterarum, quibus divinas leges contineri ferunt. Lingua in docendo magistri utuntur recondita, cujusmodi est apud nos Latina.

Quanto ao nome *sāskṛtam* (lit. «composto, confeccionado», oposto a *prākṛtam*, «natural, vernáculo», dado à língua falada corrente), por que é conhecido desde o século V ou VI da nossa era, a sua primeira transcrição em língua europeia ocorre numa carta de Filippo Sassetti datada de 1587:

Sono scritte le loro scienze in una lingua, che dimandano Sanscruta, che vuol dire bene articolata; della quale non se ha memoria quando fusse parlata, con avere (com'io dico) memorie antichissime.

²⁶ Vide Louis RENOU, *La Grammaire de Pânini* – texte sanskrit, traduction française avec extraits des commentaires, par..., 2 vols., École Française d'Extrême-Orient, Paris, 1966.

²⁷ Vide Sebastião Rodolfo Dalgado, *Glossário Luso-asiático*, 2 vols., Coimbra, 1919-1921 (reimp. Asian Educational Services, Nova Deli e Madrastra, 1988), s.v. «sanskritólogo».

Um dos primeiros jesuítas a interessarem-se pelo sânscrito foi o célebre P.^e Roberto de Nobili, que o aprendeu em Madurai na primeira década do século XVII, vindo a propor à Santa Sé que na Índia se adoptasse como língua litúrgica em lugar do latim²⁸. Um outro jesuíta, D. Francisco Garcia, arcebispo de Cranganor de 1641 a 1659, traduziu em português e em latim extractos dos *purâṇas*, do *Mahâbhârata* e dos fabulários indianos²⁹. A primeira gramática sânscrita em língua ocidental foi redigida em latim c. 1660 por um jesuíta alemão da missão do Grão-Mogol, o P.^e Heinrich Roth. O seu parentesco com as principais línguas da Europa foi claramente afirmado em 1796 por Sir William Jones, que se pode assim considerar o pai da linguística indo-europeia – sem embargo de a unidade da família ter já sido intuída em 1767, a partir da comparação do persa e do bengala com as línguas da Europa, por James Parsons, que viu no antepassado comum a língua de Jafet, o filho de Noé de que a mitologia bíblica faz descender os povos da Europa, da Ásia Menor e do Irão. O ensino do sânscrito espalhou-se no Ocidente sobretudo depois de Franz Bopp (1791-1867) ter fundado em sólidas bases metodológicas o estudo da gramática comparativa das línguas indo-europeias. Em Portugal foi introduzido no Curso Superior de Letras por Guilherme de Vasconcelos Abreu, em 1877.

A divulgação do ensino do sânscrito levou a reconsiderar a gramática das línguas neo-áricas e a rescrevê-la sobre o modelo da língua-mãe e não já da latina. Daí que os modernos gramáticos do concanin (e de outras línguas afins) tenham bastas vezes adoptado para a sua flexão nominal, tão arbitrariamente como os gramáticos indianos haviam feito para as línguas dravídicas, um esquema de oito casos.

É o que na sua gramática concânica, publicada em Mangalor em 1882, faz Ângelo Xavier Maffei. Segue, contudo, o modelo sanscítico com certa liberdade, adaptando a teoria aos factos, de modo que os oito casos que discrimina não são exactamente os da língua-mãe, mas nominativo, original, dativo, acusativo, vocativo, instrumental, 1.^o e 2.^o locativo³⁰. Por *original* entende o caso oblíquo, a que se juntam quer as posposições quer o sufixo com que se forma o adjectivo possessivo que substitui o genitivo; o primeiro locativo expressa a noção de «dentro», o segundo a de «sobre». O ablativo é eliminado da lista, deixando lugar para o segundo locativo, por certo a título de ser formado com partículas que formam sílaba e podem portanto ser escritas sob a forma de vocábulos separados; *thaun* ou *than*, «desde, de

²⁸ Cf. Vincent CRONIN, *A Pearl to India – The Life of Roberto de Nobili*, E. P. Dutton & C., Nova Iorque, 1959; Joseph TAKKEDATH, *History of Christianity in India*, vol. II, From the Middle of the Sixteenth Century to the End of the Seventeenth Century (1542-1700), Theological Publications in India, Bangalore, 1982, pp. 210 ss.

²⁹ Vide José WICKI, S.J., *O Homem das Trinta e Duas Perfeições e outras histórias*, escritos da Literatura Indiana traduzidos por Dom Francisco Garcia, S. J., publicados e anotados por..., Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1958.

³⁰ Pp. 9 ss.

(from)», que outras gramáticas apontam como desinência do ablativo é assim relegado para a lista das posposições, tal como *voir* (< *upari*), «sobre», forma plena da desinência *-r* do 2.º locativo. O paradigma completo pode ser exemplificado com o vocábulo *burgo*, «rapaz» ³¹:

Casos	Singular	Plural
Nominativo	burgo	burg-e
Original	burg-ea	burg-eañ
Dativo	burg-eâ-k	burg-eañk
Acusativo	burg-eâ-k	burg-eañk
Vocativo	burg-eâ	burg-eañ, burgeâno
Instrumental	burg-eâ-n	burg-eañ-niñ
1.º Locativo	burg-eâ-nt	burg-eañ-niñ
2.º Locativo	burg-eâ-cher	burg-eañ-cher

Deixando de lado outros detalhes convém observar que no paradigma de *burgo*, que é um ser animado, Maffei dá o «acusativo forte», idêntico ao dativo, ao passo que nos paradigmas de nomes de seres inanimados dá o «fraco», idêntico ao nominativo. Do mesmo modo, no segundo locativo dá para os seres inanimados o «original», ou caso oblíquo, seguido de *-r*, para os animados uma forma em *-cher*, que é na realidade o caso oblíquo feminino do adjetivo genitival (que é frequentemente usado em vez do caso oblíquo da palavra simples) seguido da mesma desinência; mas este segundo pormenor é, para o nosso propósito, de somenos interesse. Para o adjetivo que, quando usado como atributo, não recebe as posposições ou sufixos dos casos secundários, Maffei ³² dá apenas dois casos, o recto e o oblíquo, observando que quando substantivados se declinam como os substantivos. Esta forma de apresentar as cousas é desnecessariamente complicada, mas não força demasiado as realidades.

Gramáticos posteriores foram mais longe, estabelecendo uma identidade perfeita entre o sistema casual do concanim e o do sânscrito. O cónego S. Rita e Souza chega mesmo a afirmar ³³, em manifesto desacordo com a realidade histórica:

Ao contrário das línguas neo-latinas, o concani não procurou malbaratar a herança da sua língua-mãe. Conserva ainda a riqueza das suas flexões nas suas declinações e conjugações. As suas declinações têm oito casos, a saber: nominativo, acusativo, vocativo (tema), dativo, ablativo, genitivo, instrumental e locativos.

³¹ P. 28.

³² Pp. 50-51.

³³ P. 17.

Os últimos são nos seus paradigmas três, distintos tanto na forma como no significado: locativo *in*, locativo *super* e locativo *adversus* – o que na realidade, contando com o acusativo que não tem forma própria, mas ora coincide com o nominativo ora com o dativo, eleva o número de casos de oito para dez. O modelo resultante é o seguinte, exemplificado com o termo *âmbo*, «manga, mangueira»³⁴:

Casos	Singular	Plural
Nominativo e acusativo	âmbo,	âmbe
Vocativo e tema	âmbyâ	âmbyâ nô
Dativo	âmbyâk	âmbyâk
Ablativo	âmbyâthân	âmbyâthân
Genitivo	âmbyâcho	âmbyâcho
Instrumental	âmbyân	âmbyânîm
Locativo <i>in</i> ou <i>intra</i>	âmbyât	âmbyât
Locativo <i>super</i>	âmbyâr ou ambyâvair	âmbyâr ou -âvair
Locativo <i>adversus</i>	âmbyâchêr	âmbyâchêr

Por «tema» entende o autor o que noutros passos designa, com mais propriedade, por caso oblíquo; é a ele que se juntam não só as ditas «desinências casuais» como as posposições. Ao contrário de Xavier Maffei, S. Rita e Souza³⁵ dá para o adjectivo uma flexão completa, idêntica à do substantivo, reservando para o capítulo da sintaxe a observação de que se não usa, a não ser quando o adjectivo é substantivado.

A nosso ver correctamente, o autor escreve a partícula *nô*, que se apõe ao vocativo plural, como vocábulo separado; pelo menos do ponto de vista histórico, não é, com efeito, uma desinência casual do vocativo plural, mas antes uma partícula epidíctica que, segundo Tomás Estêvão³⁶, «tambem se ajunta ao vocativo singular por causa de honra, como *Sennoino*, Sr. Mestre, *Padrino*, Sr. Padre».

A mesma nomenclatura dos casos é utilizada por Mariano Saldanha, que dá, na sua aliás excelente epítome da gramática concânica, paradigmas do seguinte tipo, exemplificado desta vez com um nome «atemático» (o que na

³⁴ Pp. 21-22; por impossibilidade gráfica de reproduzirmos o complicado sistema de transcrição adoptado pelo autor simplificamo-lo, substituindo, de acordo com o uso mais corrente, por simples *til* o *m* com *til* usado pelo autor para notar a nasalização de uma vogal no meio da palavra e por simples *m* no final.

³⁵ Pp. 51 ss.

³⁶ § 58, p. 19.

prática equivale a dizer que termina em vogal, a qual se mantém em todos os casos, do que resulta ser o caso oblíquo idêntico ao caso recto) ³⁷:

Casos	Singular	Plural
Nom.	<i>raza</i> , o rei	<i>raza</i> , os reis
Ac.	<i>raza</i> , - <i>zak</i> , o rei, ao rei	<i>razā</i> , - <i>zāk</i> , os reis, aos reis
Inst.	<i>razan</i> , - <i>zaxim</i> , com o, pelo rei	<i>razānim</i> , - <i>zāxim</i> , com, pelos reis
Dat.	<i>razak</i> , ao rei	<i>razāk</i> , aos reis
Abl.	<i>razathan</i> , - <i>zasun</i> , - <i>zahon</i> , desde, do que o rei	<i>razāthan</i> , - <i>zāhon</i> , <i>zāsun</i> , desde, do que os reis
Gen.	<i>razacho</i> , - <i>chi</i> , - <i>chem</i> , do rei (ela, ela, aquilo) <i>razache</i> , - <i>chiô</i> , - <i>chim</i> , do rei (eles, elas)	<i>razācho</i> , - <i>zāchi</i> , - <i>zāchem</i> , dos reis (ele ou ela) <i>razāche</i> , - <i>zāchiô</i> , - <i>zāchim</i> , dos reis (eles, elas)
Loc.	<i>razant</i> , - <i>zagêr</i> , no rei, em casa do rei <i>razar</i> , - <i>zachêr</i> , sobre o rei	<i>razānim</i> , - <i>zāgêr</i> , nos reis, em casa dos reis <i>razār</i> , - <i>zācher</i> , sobre o rei
Voc.	<i>raza</i> , ó rei	<i>razānô</i> , ó reis

A ordem dos casos é desta vez a adoptada desde Pânini nas gramáticas sanscríticas, que é uma ordem didáctica destinada a apresentar contigualmente os casos que em sânscrito apresentam por vezes formas coincidentes (nominativo e acusativo, dativo e ablativo, etc.). De qualquer modo o quadro merece alguns comentários. Não contando com variantes livres (como o instrumental em *-an* e o instrumental em *-xim*, o ablativo em *-than* ou em *-sun*, e o «locativo *super*» em *-ar* ou em *-acher*), discriminam-se na realidade onze casos, distintos pela forma e pelo emprego, já que o «locativo *in*», o «locativo *super*» e o «locativo *chez*» não são na prática equivalentes, o mesmo sucedendo com o ablativo em *-than* ou em *-sun* e o ablativo em *-hon*. Com efeito, o primeiro indica «movimento donde» e equivale ao inglês *from*, ao passo que o segundo serve para as comparações, equivalendo ao inglês *than* (função em que *-hon* pode ser substituído por *poros* ou *pekxam*, partículas que, por serem dissilábicas, e portanto não enclíticas, e se escreverem separadas, o autor não inclui no paradigma). A frase *mojea ghora poros Pedruchem ghor unch*, «a casa de Pedro [é mais] alta do que a minha» é assim perfeitamente equivalente a *mojea ghorahon*, etc., mas não a **mojea ghorathan*, etc. Poder-se-ia ainda aduzir o adjectivo genitival em *-lo*, *-li*, *-lem*, de uso mais raro que *-cho*, *-chi* *-chem*, mas não perfeitamente intercomutável com este.

³⁷ § 35, pp. 25-26.

Desta apresentação dos factos resulta que, a adoptar-se, como fazem os gramáticos modernos, um critério formal em vez de um critério estrutural ou de um critério histórico, o número de casos em concanin não é jamais de oito, como se pretende, mas pelo menos de dez. Adoptando um critério predominantemente sintáctico e juntando aos «casos» formados por partículas monossilábicas e enclíticas as construções por meio de posposições dissilábicas, que como aquelas se juntam ao caso oblíquo, atinge-se um número difícil de definir, mas muito mais elevado.

De qualquer modo o esquema dos oito casos deixa por explicar uma série de fenómenos.

Em primeiro lugar, o uso do simples caso oblíquo, sem «desinência casual» nem posposição, que embora pouco frequente é legítimo, sobretudo com expressões de lugar. Pode dizer-se por exemplo *bap ghora asa*, «o pai está em casa» (*ghora*, oblíquo de *ghor*, «casa»), *hãv Ponnje vetã*, «eu vou a Pangim». Mariano Saldanha, admite-o, em comentário à parte ³⁸, designando-o por «locativo virtual», mas não o insere no paradigma.

Em segundo lugar a concordância do adjetivo ou do substantivo aposto. Diz-se *boro bhurgo*, «bom rapaz», mas *borea bhurgeak*, «ao bom rapaz» e não **boreak bhurgeak*; *boream cheddvanim*, «pelas boas raparigas» e não **boreanim cheddvanim*; e assim sucessivamente. Mariano Saldanha resolve o problema explicando ³⁹ que «os adjetivos não têm declinação casual, mas os triformes têm tema, que é *-ea*, referindo-se ao substantivo masculino ou neutro, e *-ê* ao feminino», a não ser quando substantivados, que então declinam-se como os substantivos; e ajunta mais abaixo que «o adjetivo concorda com o substantivo *recto* em género e número, e com o *oblíquo* em género, número e tema». Esta explicação, que reintroduz sub-repticiamente o conceito de *caso oblíquo*, com que se não havia lidado, parece-nos tecnicamente defeituosa: com efeito, por um lado *tema* é um conceito meramente formal e não uma categoria lógica; por outro, a coincidência de tema só se verifica nos nomes «alargados» (em *-o*, *-i*, *-em*), de modo que, por exemplo, «à boa açofeifeira» se diz *borê bôrik* e não **bori bôrik*, pois o caso oblíquo de *bori* (feminino de *boro*, «bom») é *borê*, enquanto o de *bôr*, «açofeifeira» é *bôri*, parecendo por conseguinte incorrecto dizer que «concordam em tema».

Em terceiro lugar fica por explicar por que motivo se não juntam as posposições a nenhum dos casos existentes mas ao tema nu, que não aparece nos paradigmas como caso independente, dizendo-se por exemplo *bailê sorxem*, «junto da mulher», *pâyã tolla*, «debaixo dos pés», *cheddea patthi*, «atrás do moço», etc.

Mesmo quando enclíticas, fonética e graficamente aglutinadas ao nome, as posposições conservam, na realidade, uma independência sintáctica muito maior do que as clássicas desinências da declinação indo-europeia, o

³⁸ § 34, p. 25.

³⁹ § 48, p. 30.

que as aproxima das partículas separáveis das línguas aglutinantes. O seu estatuto é mais semelhante ao da partícula *-mente* nos nossos advérbios de modo (que se junta ao feminino do adjetivo e não ao tema nu, e se não repete no sintagma, dizendo-se «lenta e pausadamente» de preferência a «lentamente e pausadamente») do que ao das desinências casuais do sânscrito ou do latim. Um curioso exemplo dessa relativa independência é a formação de um «adjectivo genitival», não a partir do caso oblíquo mas de um locativo irregular em *-im*, que, em concanim como em marata, apenas subsiste em certas palavras fixadas pelo uso: *amchea Bapa sorginchea...*⁴⁰, «Pai nosso que estais nos céus...» (lit. «Pai nosso de em o céu...»), em que *sorgim* é o tal locativo de *sorg*, «céu», cujo caso oblíquo é *sorga*.

Conclusão

As línguas neo-áricas, como o bengala, o hindustânico e o concanim, apesar de estarem muito mais distantes do sânscrito do que as línguas românicas do latim e de apresentarem rasgos estruturais que as aproximam das línguas dravídicas, que são aglutinantes, conservam a maioria dos traços fundamentais das línguas indo-europeias, o que permite, sem grandes distorções, descrevê-las na terminologia gramatical das línguas clássicas, sânscrito, grego ou latim.

No entanto, os esquemas gramaticais próprios destas não se lhes podem aplicar sem adaptações, que dêem arrazoada conta dos seus caracteres individuais e, ao mesmo tempo, se revelem didácticos e funcionais. Sobre-tudo, são de excluir pressupostos *a priori*, como o de que o número de casos tem forçosamente de ser de seis como em latim, ou então de oito como em sânscrito.

É verdade que a hesitação dos gramáticos não provém apenas dos seus preconceitos. Ao passo que no grego, no latim e nas línguas românicas as preposições com que se formam os diversos casos (na acepção lata, sintáctica, do termo) são antepostas ao nome e permanecem, por conseguinte, bem distintas das desinências que formam os casos (no sentido estrito, morfológico, do termo) – sejam estes seis (como em latim), cinco (como em grego antigo), quatro (como em grego moderno), dois (como em francês antigo) ou apenas um (como nas línguas românicas modernas) – nas línguas neo-áricas as posposições seguem-se ao nome, tendendo a aglutinar-se-lhe e a tomar, consequentemente, o aspecto de desinências casuais. Daí uma real dificuldade em distinguir posposições de desinências e a necessidade de recorrer a critérios sintácticos, visto os formais se mostrarem insuficientes.

⁴⁰ Mat. 6, 9 (vide *Povitr Pustok – Novo Korar* [Novo Testamento; trad. do P.^e Caetano da Cruz Fernandes], 3.^a ed., Pangim, 1995, p. 18).

A dificuldade provém também do sistema de flexão nominal das línguas indo-arianas modernas se apresentar como um sistema em transição, que não atingiu ainda um estado de equilíbrio de que a sua lógica interna ressalte claramente. Muito bem o nota Jules Bloch ⁴¹:

Thus, modern inflexion tends to be distributed into two cases, viz: direct and oblique; but it has not reached this point in every case; and, moreover, as the words requiring the oblique are according to the usual rule, suffixed to it, the new inflexion tends to assume once more the appearance of a declension with terminations. One might imagine therefore an evolution in progress, which would end in an old style inflexion added to oblique bases transformed to stems of roots. But the difficulty of this lies in the fact that possessive adjective is declinable and thus set apart from other suffixes. (...). The system therefore is not yet approaching a stable equilibrium.

De qualquer modo, enquanto a apresentação do sistema pelos antigos gramáticos, considerando, ao modo de Quintiliano, seis casos na teoria, mas apenas dois na prática, é simplesmente redundante, a dos gramáticos mais recentes, viciada pela assunção *a priori* da existência de oito casos como os de Pânini, distintos na forma como no sentido, não corresponde à realidade linguística, nem é funcional do ponto de vista didático.

Seja como for, é a gramática comparativa das línguas neo-áricas, ainda na infância quando os nossos gramáticos modernos compuseram suas obras, que nos faculta a chave para a compreensão do problema, permitindo superar as aporias em que os antigos gramáticos portugueses nos haviam deixado, e que aqueles não puderam ultrapassar.

Bibliografia Geral

Praeter opera obiter citata:

ANDERSON, John M., *The Grammar of Case – Towards a Localistic Theory*, Cambridge University Press, Cambridge, etc., 1971 (reimp. 1976).

BENVENISTE, Émile, *Hittite et Indo-Européen – Études comparatives*, Librairie Adrien Maisonneuve, Paris, 1962.

— *Problèmes de linguistique générale*, 2 vols., Gallimard, Paris, 1966-1974.

BLOCH, Jules, *Indo-Aryan, from the Vedas to Modern Times*, Librairie d'Amérique et d'Orient Adrien-Maisonneuve, Paris, 1965.

— *Structure Grammaticale des Langues Dravidiennes*, Librairie d'Amérique et d'Orient Adrien-Maisonneuve, Paris, 1946.

— *La Formation de la Langue Marathe*, Paris, 1920.

⁴¹ *Indo-Aryan...*, p. 181.

- BROWNING, Robert, *Medieval and Modern Greek*, Atchinson University Library, Londres, 1969.
- BURROW, T., *The Sanskrit Language*, Faber & Faber, Londres, 1955 (reimp. 1977).
- CALDWELL, Robert, *A Comparative Grammar of the Dravidian or South Indian Family of Languages*, Londres, 1913 (reimp. Oriental Books Reprint Corporation, Nova Deli, 1974).
- CLÉMENT, Jean, *Parlons Bengali – Langue et Culture*, L'Harmattan, Paris, 1994.
- DWYER, Rachel, *Gujarati – A complete course for begginers*, Teach Yourself Books, Lincolnwood (Chicago), 1975.
- FOLLIOZAT, Pierre-Sylvain, *Le Sanskrit*, col. Que sais-je?, Presses Universitaires de France, Paris, 1992.
- HJELMSLEV, Louis, *La Categoría de los Casos – Estudio de Gramática General*, Ed. Gredos, Madrid, 1978.
- LAUSBERG, Heinrich, *Linguística Românica*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (1974).
- MACE, John, *Modern Persian*, Teach Yourself Books, Hodder & Stoughton, Londres, 1962 (reimp. 1968).
- MAFFEI, Angelus Francis Xavier, *A Konkani Grammar*, Mangalor, 1882 (reimp. Asian Educational Services, Nova Deli, 1986).
- MEILLET, A., *Introduction à l'Étude Comparative des Langues Indo-Européennes*, 8.^a ed., Lib. Hachette, Paris, 1937 (reimp. 1953).
- MEILLET, A., – Marcel COHEN, *Les Langues du Monde*, par un groupe de linguistes, sous la direction de..., nouvelle édition, Centre National de la Recherche Scientifique, Paris, 1952.
- MORAIS, P.^o Graciano, *Gramática Concani (Sintaxe) – Kônkni Veakoronn (Vakiorochna)*, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1961.
- *Transliteração da Língua Concani em caracteres romanos* [separata de *Estudos Coloniais – Revista da Escola Superior Colonial*, vol. II (1950-1951)], Lisboa, 1950.
- O'LEARY, De Lacy, *Comparative Grammar of the Semitic Languages*, Philo Press, Amesterdão, 1969.
- RENOU, Louis, *Histoire de la Langue Sanskrite*, IAC, Lião, 1956.
- SALDANHA, Mariano, *Iniciação na Língua Concani*, para uso na Escola Superior Colonial, parte I, Noções Gramaticais, Lisboa, 1950.
- SNELL, Rupert & Simon WEIGHTMAN, *Hindi*, Teach Yourself, Hodder & Stoughton, Londres, 1989.
- SOUZA, Cónego José de S. Rita e, *Elementos gramaticais da Língua Concani*, separata dos n.^{os} 38 a 42, 48 e 49 do «Boletim da Agência Geral das Colónias», Lisboa, 1929.
- TONNET, Henri, *Histoire du Grec Moderne – La formation d'une Langue*, L'Asiathèque, Paris, 1993.
- VAILLANT, André, *Grammaire Comparée des Langues Slaves*, 5 tomos em 6 vols., IAC, Lião, 1950 – Klincksieck, Paris, 1977.
- VEYRENC, Charles Jacques, *Histoire de la Langue Russe*, Col. Que sais-je?, Presses Universitaires de France, Paris, 1970.